

SOCIABILIDADE RURAL NAS LUTAS PELA TERRA: ANTES E DEPOIS DO ASSENTAMENTO

Patrícia Alves Ramiro¹

A compreensão da formação de *novas* identidades sociais surgidas pela implementação de projetos de assentamentos rurais é realizada, nesse trabalho, por meio da análise das práticas reais e ideais dos sujeitos da reforma agrária inseridos no projeto de assentamento Nova Pontal, Município de Rosana, região do Pontal do Paranapanema. As formas de sociabilidade remetem a identidades sociais construídas tanto pela aproximação de determinadas coletividades de referência, quanto pelo afastamento de outras.

A co-existência de valores comunitários e societários é, segundo a perspectiva sociológica tönnesiana, parte inerente das associações humanas. Assim, os vínculos comunitários de sangue, lugar e afinidade de que nos fala Ferdinand Tönnies, ou seja, os valores regidos por vínculos sociais de parentesco, vizinhança e amizade irão aparecer no cotidiano das relações sociais desse assentamento, embora não estivessem presentes, veementemente, nas falas dos moradores como um fator compreendido como decisivo, tanto na tomada de decisão referente à participação na luta pela terra, quanto na avaliação situacional que fazem do seu histórico de vida anterior e posterior ao ingresso no lote (cf. RAMIRO; 2008; 2009). Esses vínculos estão presentes na vida das famílias assentadas, porém, parecem ausentes quando observados sob o enfoque dos discursos construídos devido à naturalização da percepção destes laços comunitários. Por essa razão, defendemos que a análise cultural somada ao olhar sociológico apoiada nos conceitos-tipo formulados por Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, e suas respectivas vontades propulsoras das ações e expectativas dos atores sociais, *Kürwille* e *Wesenwille*, permitem-nos falar sobre a construção dessas novas identidades rurais conforme a legitimação, conferida ou não, às ações individuais e coletivas. Assim:

Essa estrutura dialética da identidade composta no nível pessoal pela tensão das vontades e na coletividade pelas tensões entre as formas de união (comunidade) e separação (sociedade) manifesta-se na produção da cultura (cf. Miranda; 2002), e, sendo assim, a abordagem antropológica de Geertz (1989), ao pressupor o conceito de cultura como essencialmente semiótico, fazenda da Antropologia não uma ciência à procura de leis, mas sim uma ciência interpretativa em busca do significado de cada situação concreta, permite-nos realizar uma leitura possível do

¹ Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. e-mail: patriciaramiro@rosana.unesp.br

que separa os homens e do que os une em momentos históricos delimitados de acordo com o movimento dos pares dialéticos vivenciados. (Ramiro; 2006: 18)

A questão das identidades pressupõe a noção de cultura, enquanto construção de significados e, conseqüentemente, os sistemas de representação, sendo que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos” (Woodward; 2000: 17). A busca pela interpretação dos significados das ações ideais e reais precisa seguir a orientação de que as referências culturais são diferentes conforme o local onde aparecem para conciliação entre o espaço familiar e espaço social, desenvolvendo-se, ora no espaço de socialização, ora no espaço de aculturação (Belhadj; 2000). Para a construção e manutenção das identidades precisamos levar em conta tanto os aspectos simbólicos, quanto os sociais, e, como nos diz Woodward (2000: 15):

Precisamos, ainda, explicar porque as pessoas *assumem* suas posições de identidade e *se identificam com elas*. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem? O *nível psíquico* também deve fazer parte da explicação; trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e a social, é necessária para uma completa conceitualização da identidade. Todos esses elementos contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas.

Essa noção da inclusão do nível psíquico está contida na discussão tönnesiana referente aos valores que regem as vontades devido à influência que teve das idéias do filósofo Friedrich Paulsen, especialmente a de que “toda natureza psíquica representa uma vontade” (Miranda; 1995:26), categorizadas por Tönnies como vontade racional ou arbitrária, denominada de *Kurwille*, e como vontade incorporada, *Wesenwille*; correspondentes diretas da vida societária e comunitária, respectivamente. No primeiro caso, essa vontade aparece em decorrência das relações com o mundo exterior e enfatiza a afirmação das diferenças construídas pelos sujeitos conforme as relações estabelecidas durante a vida com o “meio exterior”. Já, no segundo caso, a *Wesenwille* corresponde à vontade formadora de identidade pela aproximação entre as pessoas, quer seja decorrente de vínculos de sangue, de lugar ou de afinidade. A reflexão acerca da heterogeneidade cultural destas pessoas e, paralelamente, a análise de características objetivas similares na trajetória de luta pela permanência ou retorno ao meio rural e de inclusão em projetos de assentamentos permite-nos discernir sobre estes elementos por meio de alguns pontos centrais para a construção das identidades sociais dos *assentados*.

O conceito de assentado:

Quanto à construção das identidades sociais construídas neste processo, podemos afirmar que os assentados encontram-se agrupados geograficamente em um mesmo território compartilhado na área denominada projeto de assentamento e que, embora carreguem histórias de vida diversificadas, alguns desses caracteres ora os aproximam da categoria mais abrangente de agricultores familiares, ora os restringem a um tipo específico de agricultor familiar: o assentado. Isso porque a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. (Wanderley; 1999)

Para fins de análise sociológica, podemos classificar algumas situações de aproximação e distanciamento entre os sujeitos sociais que participam do processo de reforma agrária na condição de assentados², situações essas decorrentes de tipologias distintas referentes a esse grupo social. A construção do papel social de assentados aparecerá na observação e análise das práticas reais e ideais de vida assumidas segundo valores adotados por cada um, podendo servir tanto para fortalecer vínculos quanto para afastar as pessoas. Buscamos, por essa análise, respostas para a clássica questão referente à construção das identidades sociais: afinal, o que os une e o que os diferencia enquanto pessoas?

Apenas por razões heurísticas, denomino de caracteres objetivos alguns aspectos da vida rural presentes em todas as pessoas incluídas em áreas de reforma agrária no Brasil de hoje, ou seja, considero como caracteres objetivos as condições objetivamente dadas decorrentes de sua definição pelos órgãos públicos como agricultores familiares e/ou assentados. Centralizo a análise na definição de que a permanência ou retorno ao campo implica na compreensão da relação direta existente entre trabalho-produção-moradia, que os torna agricultores com sistema produtivo baseado na utilização predominante da mão-de-obra familiar residente no lote, condição estabelecida no Termo de Autorização de Uso da Terra assinado entre os titulares do lote e a Fundação ITESP. Essa delimitação se faz relevante porque o acesso a outras políticas públicas sociais em decorrência da situação de pobreza em que alguns ainda se encontram é comum a qualquer cidadão, quer este resida na cidade ou no campo³ e também na relação inevitável do assentado com o Estado. Conforme nos mostra

² Importante destacar essa condição como definidora de representações sociais associadas aos mesmos em distinção a outros sujeitos que também participam do processo de reforma agrária, porém em outra situação social, caso dos integrantes de movimentos sociais de luta pela terra, muitas vezes, agrupados na categoria de *sem-terra*.

³ Entre essas políticas estão programas sociais federais e estaduais, implantados em parceria com os municípios, em especial, o Programa Bolsa Família, Programa Ação Jovem, Renda Cidadã, Pró-jovem e de Programas relacionados à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nos quais o idoso e o deficiente físico ou mental,

Leite (2004), em estudo sobre os impactos dos assentamentos em diferentes regiões brasileiras: “Na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os “assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas” (Leite et. al.; 2004: 21).

Doravante, mesmo dentro do que denominamos caracteres objetivos, há os que são gerais, atingem a todos os assentados, independentemente da região em que se encontrem, e os específicos, decorrentes da definição do espaço geográfico ocupado. No primeiro caso, podemos citar os seguintes aspectos da situação de assentado: a) acesso a linhas de créditos específicas para os agricultores familiares por meio do Programa Nacional para a Agricultura Familiar com recursos destinados para investimentos e/ou custeio de projetos agrícolas ou pecuários⁴; b) crédito habitação para projetos em fase inicial de implantação; c) direitos previdenciários na qualidade de segurados especiais do INSS nos quais fica garantido, aos agricultores assentados, que comprovem o efetivo exercício de atividades agropecuárias, através de notas do talão do produtor rural (desde que cumprido o período de carência exigido na legislação brasileira), o direito à aposentadoria rural por idade (mulheres aos 55 anos e homens a partir dos 60 anos), auxílio- doença, auxílio-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez, todos no valor de um salário mínimo vigente; d) acesso a políticas públicas educacionais decorrentes de sua condição de assentado, situação existente na UNESP de Presidente Prudente com implantação do curso de Geografia e em fase de abertura na Universidade Federal de São Carlos com cursos de Pedagogia e Curso Especial em bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, além de Universidade mantida pelo MST e cursos técnicos na área agrícola com vagas para jovens assentados no Centro Paula Souza; e) direito à assistência técnica e extensão rural pública e gratuita e f) ser ressarcido, em caso de desistência, do valor gasto com benfeitorias realizadas no lote pelo candidato aprovado para ingressar no local.

cuja renda familiar esteja classificada como abaixo da linha da miséria (renda familiar *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo) têm direito a receber do Estado o valor de um salário mínimo vigente.

⁴ A primeira linha de crédito para os assentados foi o extinto Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) o qual era exclusivo aos produtores familiares assentados. Surgido no ano de 1985, incluso no II PNRA teve seu auge no final de 1994 e foi substituído, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o público-alvo para os pequenos produtores em regime de agricultura familiar e delimitando apenas algumas linhas específicas para assentados. Não cabe neste trabalho uma avaliação significativa sobre estes programas, mas apenas destacar que as taxas de juros são bastante similares, embora o rebate, ou seja, o desconto na dívida paga em dia era maior na época do PROCERA, o qual, por sua vez, não tinha o número de linhas de crédito que o programa atual tem: PRONAF Jovem e PRONAF Mulher, por exemplo.

Os caracteres objetivos específicos seriam resultantes da localização do projeto de assentamento, destacando-se os seguintes aspectos: a) vivência política, econômica, social e cultural no município de inclusão do projeto; b) qualidade do solo; c) mercado local e regional para escoamento de produção agropecuária; d) potencial turístico da região; e) tamanho dos lotes agrícolas; f) situações climáticas (em especial o compartilhar intempéries que inviabilizam o plantio ou mesmo a colheita de alguns produtos) e g) equipe de assistência técnica pública e gratuita. O primeiro item engloba questões desde a filiação partidária do prefeito até os indicadores sociais do município como distribuição de renda, taxa de pobreza, qualidade dos serviços públicos prestados nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer. Embora sejam definições atribuídas *de fora*, refletem situações em que é preciso se identificar perante a sociedade e, principalmente, perante os órgãos públicos, como *assentados*. O recebimento de políticas públicas, muitas vezes, requer a adoção da identidade social de assentado para reconhecimento de direitos existentes.

Para complementação do objetivo proposto neste trabalho torna-se importante perceber como estes sujeitos sociais se sentem ao adotarem essa definição e saber qual é a percepção que os mesmos constroem sobre sua posição na sociedade. Por apresentarem projetos de vida tão variados e compartilharem um espaço em comum que os definem pelos *de fora* (órgãos públicos, organizações não-governamentais, meios de comunicação, acadêmicos e sociedade em geral) segundo essa nova categoria social de *assentados*, para compreensão da questão da identidade a partir da perspectiva do sujeito, optamos por indagar aos moradores do projeto de assentamento Nova Pontal se o uso do termo “assentado” os incomodava e se gostariam que outro termo fosse utilizado para nomeá-los, viabilizando assim, conversar com eles sobre o significado que atribuem à palavra e detectar, desse modo, as representações adotadas em suas experiências cotidianas.

Para compreensão da configuração simbólica do Nova Pontal, há uma peculiaridade no caso das famílias assentadas pelo fato do espaço físico ter sido apropriado por quatro grupos distintos de pessoas conforme o pertencimento a determinado grupo de luta pela terra ou por vínculo empregatício na área à época da negociação, caracterizando a configuração simbólica do local por **vínculos gerados durante o período de luta pela terra**. Participaram da distribuição dos lotes pessoas consideradas como pertencentes ao grupo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana (a maioria ex-funcionários das obras da CESP e ocupantes de uma área da FEPASA que margeia o Distrito de Primavera conhecida como Cinturão Verde), ao grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao grupo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), além de um grupo menor correspondente aos ex-

funcionários da fazenda, os quais, por lei têm o direito garantido a permanecer na fazenda na qualidade de assentado, se assim o desejarem.

O projeto de assentamento foi iniciado em setembro de 1998, e possui uma área total de 2.786,90 hectares, sendo 1.793,85 ha (64,37%) de área agrícola, 55,84ha de áreas de uso comunitária (incluindo estradas) e 893,49ha (32,06%) de área de reserva, além de 43,7ha pertencentes à FEPASA. Inicialmente, foram formatados 123 lotes⁵, com tamanho médio de 14,58ha cada um.

Entramos, a partir de agora, na segunda parte da questão sobre a construção das identidades sociais: afinal, o que os diferencia? A resposta a esta pergunta precisa ser buscada no referencial simbólico que carregam, nas trajetórias e projetos de vida construídos. Entramos no âmbito das características culturais e sociais, sem desprezar os aspectos econômicos, porém enfatizando como essa junção das dimensões econômicas, sociais e culturais se reflete na prática ideal do grupo pesquisado. Superamos a idéia de que a questão agrária deva ser analisada apenas sob o aspecto produtivo das áreas de reforma agrária, pois defendemos a idéia de que outros significados presentes no imaginário das pessoas inseridas nos projetos de assentamento como alternativa para permanência ou retorno ao campo produzam significados desses (re)encontros com a terra tão importantes quanto o fator econômico.

Mesmo cientes de que as representações individuais estão vinculadas aos projetos e experiências de vida de cada um dos entrevistados, sabemos também que abriga em si a representação coletiva, que contem a dualidade indivíduo e coletividade, é ela mesma componente da vida social humana. Assim como Costa (2002: 148), “parto da compreensão de que o conflito entre o individual e o coletivo não é só do domínio da experiência de cada um, mas igualmente da realidade fundamental da vida social”.

Durante a segunda etapa de campo da pesquisa, quando 96 moradores foram entrevistados, optamos por indagar se o termo assentado utilizado em referência a eles os incomodava e se, caso pudessem, escolheriam outro termo para definí-los. Nesse momento, caso o entrevistado ficasse em dúvida sobre o que era perguntado, era lido para o mesmo as seguintes categorias alternativas: assentado(a), agricultor(a), lavrador(a), agricultor(a) familiar, pequeno(a) produtor(a), proprietário(a) rural, sitiante, trabalhador(a) rural ou dada a

⁵ Denominam-se lotes as áreas destinadas a cada uma das famílias assentadas nos projetos. Cada lote possui um titular e co-titular (se houver) em cujo nome é gerado um número federal pelo INCRA de referência para acesso à créditos e outras políticas públicas de reforma agrária denominado SIPRA. Num lote podem morar mais de um núcleo familiar, embora apenas um dos casais existentes será o titular; sendo assim, para o Estado o número de lotes é igual ao número de famílias assentadas, não importando o número de núcleos familiares existentes nos lotes.

opção de qualquer termo que julgassem pertinente. Antes de analisarmos as representações envolvidas em cada uma destas alternativas, convém mostrarmos como as repostas ficaram distribuídas sobre a aceitação (adequação) do conceito de assentado segundo essa visão *de dentro*.

Tabela 1: Percepção subjetiva sobre o conceito de assentado

Percepção subjetiva	n	%
Não se incomodam com o uso do conceito de assentado	85	88,6
Incomodam-se um pouco	02	2,1
Incomodam-se com o uso do conceito	08	8,3
Não responderam	01	1,0
Total	96	100,0

As razões que justificam ou sentimento de adequação ou não ao conceito de assentado variam bastante, embora se recorra sempre a algumas percepções que se enquadram, algumas vezes, no sentimento de vitória na luta pela terra concretizado no acesso ao lote, quando respondem que: *Se não gostasse não tinha procurado um meio. / É o que sou. / Porque assentado a gente tem um sítio, o que mais queria na vida*. Outras vezes se enquadram na aceitação da necessidade da tipologia porque é assim que acessam o mundo que os cerca. *Querer queria, mas está erradicado já. / É a realidade*. Ou ainda uma visão conformada com o olhar vindo “de fora”: *O pessoal não muda, né? O pessoal gosta de chamar assim mesmo. / É o costume*. A construção desta identidade social, de todo modo, mostra uma concepção local fortemente baseada na definição de assentado, palavra que os aproxima internamente como moradores de um mesmo projeto (vínculos de lugar) e que os diferencia da sociedade circundante, na qualidade de agricultores assentados que puderam, através da luta, garantir a permanência ou o retorno ao campo.

Outro fato que chama a atenção é o processo em andamento de aceitação social no município em que estão inseridos (ou mesma na região do Pontal do Paranapanema) por parte dos moradores urbanos, decorrentes da importância que a implementação dos projetos de assentamento apresentam na vida econômica local (Cf. Bergamsco 1999/2003; Leite; 1992; Medeiros; 2001 e Mazzini; 2007). Assim, fica muito evidente, na fala dos moradores de Nova Pontal, a diferente conotação que atribuem aos moradores de um dos mais antigos projetos de assentamento, a Gleba XV de Novembro, denominados *glebeiros*, do início da década de 80, localizado no mesmo município e a eles, *assentados*, embora ambos sejam considerados *assentados* perante a denominação “de fora”. *Glebeiro é que não gosto. / Sou do assentamento. Não gosto de glebeiro. / É melhor do que morar na gleba. / Glebeira não gosto*.

Assentada está mais sossegada. Dessa maneira, há, mesmo na mentalidade dos sujeitos da reforma agrária, a aceitação de valores desmerecedores e estigmatizantes referidos a pessoas que passaram por trajetória de acesso à terra similar, porém de forma histórica precursora, em um momento em que as maneiras de acesso e as formas de luta precisavam ser inventadas e reinventadas a todo instante e, por esse motivo, onde a repressão a esse tipo de reivindicação era muito mais violenta, quer por parte dos órgãos públicos, quer por parte dos fazendeiros e da sociedade em geral.

Embora apareçam em quantidade reduzida, a posição de algumas declarações dos que gostariam de outro conceito para definição de seu papel social refere-se, ainda nos dias de hoje, ao preconceito enfrentado: *Os outros de fora não gostam. Têm preconceito com a pessoa do assentado. / Assentado fica como se fosse favor, quem vê de fora, vê diferente. / Porque quem não conhece o que é, pensa que ficamos sentados.*

Mesmo entre os que declararam não se sentirem incomodados com a denominação, há os que gostariam de outros termos para classificá-los⁶. Das 96 pessoas ouvidas, 26% sentiriam-se melhores definidas com o uso de outros termos. As denominações e as frequências com que apareceram as respostas estão na tabela abaixo:

Tabela.2: Conceitos auto-referenciais selecionados pelos entrevistados

Denominação considerada mais adequada	(N)	%
Assentado (a)	71	73,9
Agricultor (a) Familiar	04	4,2
Trabalhador (a) Rural	04	4,2
Sitiente	04	4,2
Agricultor (a) Assentado (a)	02	2,1
Agricultor (a)	03	3,1
Produtor (a) Rural	02	2,1
Proprietário (a) Rural	03	3,1
Lavrador (a)	02	2,1
Sem resposta	01	1,0
Total:	96	100

As diferentes percepções simbólicas sobre a identidade social de cada um refletem a diversidade de histórias e trajetórias vividas por cada um. Para aqueles que ingressaram no projeto de assentamento pela compra de benfeitorias de assentado desistente é importante não ser confundido com um *sem-terra* porque compartilha a visão estigmatizada que a sociedade

⁶ Dos 85 moradores que declaram não se incomodarem, quatorze optaram por denominações diferentes.

em geral atribui a estas pessoas. *Não sou assentado, comprei meu direito.* Ter-se utilizado de um processo tipicamente capitalista de acesso à terra (compra do direito de uso do lote) faz com que o morador prefira considerar-se um *agricultor familiar*, definição que o iguala em seu ideal aos pequenos produtores rurais embora, perante às outras situações externas mencionadas anteriormente, em nada ele difira de qualquer outro morador do local. Além da compra, o não ser “confundido” com pessoas vinculadas a movimentos sociais de luta pela terra também aparece como fator importante para construção identitária dessas pessoas: *Prefiro agricultor familiar porque assentado no Pontal é visto como vinculado aos sem-terra.* Para outros, a apropriação de outro conceito serviria para acabar com a discriminação sofrida pelo assentado na sociedade, pois *se tratando de negócio atrapalha, é discriminado. Pode ter qualquer formação, mas se for favelado ou assentado é discriminado.* Nesse sentido de discriminação devido à posição social ocupada, segue também a fala de outro morador: *assentado é uma classe lá embaixo. Lá longe...*

O que todas as respostas parecem ter em comum é a necessidade de serem percebidos como agricultores e, para a maioria, a conquista do lote resulta na definição de assentados, conceito que engloba e valoriza a conquista da terra na percepção subjetiva da maioria, quer pelo seu reconhecimento perante os “de fora”, quer para definição dos mesmos como moradores de um mesmo espaço físico, fato que resulta na construção de um tipo específico de sociabilidade e de visão de mundo, afinal como afirma Moraes (2006: 54):

Em nível das representações, a terra possui duas materialidades: física e simbólica, cuja simbiose produz o *lugar*. Lugar de viver, lugar de morar, lugar de criar os filhos, o *lugar da gente*. O lugar, enquanto materialidade simbólica, é prenhe de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Há um elo de ligação entre estes tempos, reconstruídos pela memória individual e coletiva. A representação do lugar traduz os aspectos identitários destas pessoas.

A construção simbólica do lugar está vinculada ao processo histórico de implantação de cada projeto de assentamento, visto que cada um traz consigo características definidoras dos significados do *lugar* adotados pelo morador, quer para aproximação, quer para distanciamento entre as pessoas.

De acordo com Bergamasco (1996), os assentamentos rurais brasileiros podem ser classificados em cinco tipos: a) projetos de colonização, formulados durante regime militar, a partir dos anos 70, visando ocupar terras devolutas e expandir as fronteiras agrícolas; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos

estaduais de valorização de terras públicas e regularização de posseiros; d) programas de reforma agrária através de desapropriação por interesse social com base no Estatuto da Terra de 1964 e e) projetos decorrentes da criação de reservas extrativistas para seringueiro da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis. Importante notarmos que as análises de diferentes projetos ampliam estas tipologias citadas por Bergamasco ao permitirem que, numa mesma área de assentamento, apareçam combinações destes tipos. Essas definições segundo a origem do projeto de assentamento são relevantes na medida em que apontam para possibilidades maiores ou menores da presença local de certos tipos de relações de sociabilidade baseadas em valores comunitários e/ou societários, pois acoplam situações da possibilidade e da intensidade da vivência coletiva de um passado em comum. Por exemplo, no caso de regularização de posseiros e da criação de reservas extrativistas irão ser assentadas pessoas com uma experiência de vida muito similar e, salvo exceções, com vínculos sociais de lugar e parentesco intensos e de longa duração (muitas vezes intergeracionais). Já no caso de desapropriações por interesse social em terras improdutivas, existe um agrupamento de pessoas que vão, durante um período delimitado de tempo, compartilhar o espaço físico dos acampamentos e participar de movimentos sociais de luta pela terra, porém são pessoas que possuem histórias de vida bastante diversificadas (ex-posseiros, bóias-fria, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, pescadores, trabalhadores urbanos mal remunerados, desempregados no campo e nas cidades, etc.) e, por conseguinte, apresentar projetos de vida e expectativas em relação ao meio rural distintas. Já os atingidos por barragens residiam, em geral, em locais destinados à população de baixa renda, a qual apresenta “certa tendência” em adotar, como estratégia de sobrevivência, o compartilhar do espaço regido por vínculos comunitários de sangue (parentesco), quer esta tendência se dê dentro da própria casa ou terreno (relações intra-doméstica) quer nas proximidades (relações inter-domésticas); fato que resultaria na continuidade desses vínculos dentro da área de assentamento, embora possam apresentar novos significados para as ações regidas segundo estes vínculos, devido ao aparecimento de novas necessidades com a mudança da situação vivenciada.

Parentesco:

A comunidade regida pelo parentesco supõe a ligação orgânica entre as pessoas (assim como as outras formas comunitárias) e, apesar de ser a primeira na qual todos os seres humanos encontram-se desde o nascimento, apresenta desdobramentos conforme o ciclo de

vida desta família, variando conforme a existência e a intensidade das relações sociais que persistem.

Importante ressaltar que nenhum dos assentados ouvidos na pesquisa de campo declarou ver nos laços familiares um fator decisivo para retorno ou permanência na terra embora, quando inserimos no questionário dados relativos à existência de parentes de um dos titulares ou de ambos no mesmo ou em outro(s) projeto(s) de assentamento, mais da metade declarou tê-los. A existência de vínculos de parentesco entre assentados é majoritária em Nova Pontal. De 117 famílias analisadas, 55,5%, têm parentes no mesmo ou em outro assentamento, conforme podemos visualizar melhor no gráfico1.

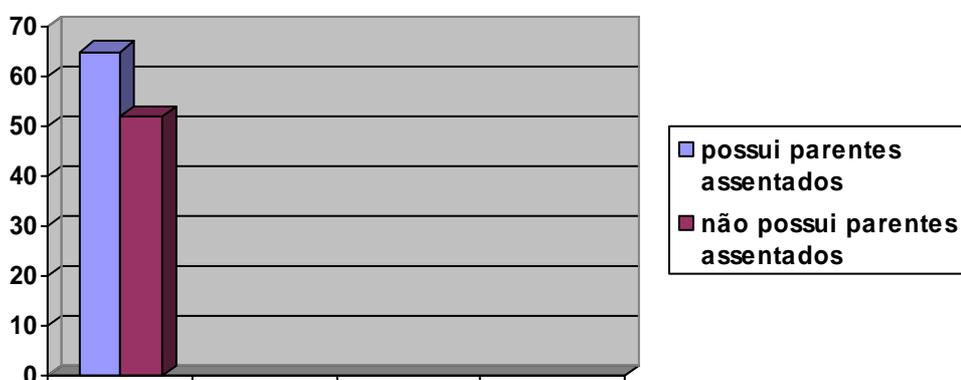


Gráfico 1: Presença ou não de parentes no mesmo ou em outros projetos de assentamento

A localização desses parentes também foi pesquisada para avaliarmos a proximidade ou distância (física) dos mesmos, incluindo a possibilidade desse parente estar no mesmo projeto de assentamento, em projetos do município de Rosana, no Estado de São Paulo, ou mesmo em projetos de assentamento de outros estados brasileiros. Pode também ocorrer de maneiras combinadas. A análise quantitativa do número de famílias com parentes de um ou de ambos os titulares dos lotes indica o peso que as relações interfamiliares podem assumir na vida cotidiana construindo redes de sociabilidade baseadas no parentesco. Fala-se “podem assumir”, pois precisaríamos de mais tempo de pesquisa para detectar a existência e a intensidade das relações estabelecidas entre esses parentes. Neste trabalho, a análise ficou mais restrita às relações intrafamiliares. De todo modo, a decisão de participar da luta pela terra aponta para manutenção dos vínculos familiares, muitas vezes necessários para sobrevivência da vida difícil que a cidade lhes proporcionou. Ou, noutros casos, como ouvido de alguns assentados, a decisão de participar da luta pela terra seguiu a trajetória “bem

sucedida” de outros parentes que conseguiram um lote em épocas anteriores, o que se transforma em exemplo inspirador para tornar suportável a disposição em permanecer acampado por longo período. Importante dizer que, no momento desta pesquisa de campo⁷, existia acampado no município de Rosana um grupo de agregados de assentados da Gleba XV de Novembro, assentamento pioneiro da região do Pontal do Paranapanema, aguardando conseguir terras para plantarem em lotes seus e de suas novas famílias. Como veremos logo adiante, as famílias presentes nos lotes caracterizam-se por estruturas bastante diversas e englobam, em diversos casos, famílias extensas, ou seja, juntam-se ao núcleo familiar com o passar do tempo genros e/ou noras e netos(as) nalguns casos, fazendo com que o tamanho do lote seja inviável para ampliação da pecuária leiteira, principal atividade dos assentados da região. A inexistência de financiamentos para investimentos agropecuários que não sejam para o titular da área e as dificuldades da gerência coletiva do lote tornam a vida em comum na mesma área insuficiente para garantir uma vida com qualidade para todos, embora essas novas famílias desejem permanecer no meio rural, repetindo, então, a luta pela terra feita por seus pais na década de 80.

A dispersão geográfica dos parentes assentados do Nova Pontal foi classificada segundo a tabela 3.

Tabela 3: Localização espacial dos parentes assentados

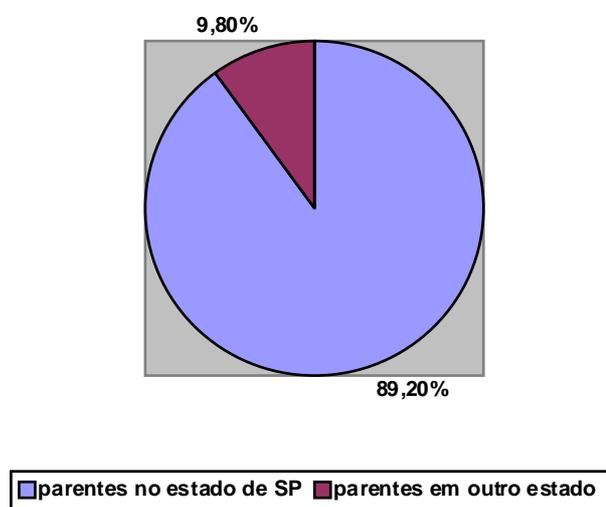
Localização dos parentes assentados	N	N e % acumuladas
No mesmo assentamento	16	16 (24,6)
No mesmo assentamento e em assentamentos do mesmo município	01	17 (26,1)
No mesmo assentamento e em outros assentamentos do Estado de São Paulo	13	30 (46,2)
No mesmo assentamento, na mesma cidade no Estado de São Paulo	04	34 (52,3)
No mesmo assentamento, na mesma cidade e em outro estado	02	36 (55,4)
Na mesma cidade	09	45 (69,2)
Na mesma cidade e no estado de São Paulo	01	46 (70,8)
Na mesma cidade e em outro estado	02	48 (73,8)
Em outra cidade do estado de São Paulo	13	61 (93,8)
Em outro estado	03	64 (98,5)
Sem resposta	01	65 (100)
Total	65	

⁷ Segundo semestre de 2007.

Os dados apresentados na tabela 3 demonstram que 55,4% dos moradores que possuem parentes assentados os têm, exclusivamente (16 casos) ou também (20 casos), no assentamento Nova Pontal. O número de parentes no mesmo município é similarmente bastante amplo: são 13 casos de parentes somente nos assentamentos Gleba XV de Novembro e/ou Bonanza em Rosana e esse valor amplia-se para 73,8% quando a rede de parentesco entre os assentados do Nova Pontal e outros assentados abrange a localização no mesmo município e parentes em outras localidades do Estado de São Paulo (22 casos) e/ou também em outro estado (04 casos).

A proximidade física pode ser determinante da intensidade das relações sociais estabelecidas entre estes parentes, visto que a frequência dos encontros e visitas podem ser maiores quanto mais próximas as pessoas estiverem, desde que haja a manutenção de vínculos, quer sejam regidos por relações de interesse (societárias, portanto), quer por vínculos afetivos ou de afinidade (comunitárias). A dispersão territorial desses parentes também assentados pensando-se no âmbito do Estado de São Paulo é apresentada abaixo:

Gráfico 2: Dispersão territorial dos parentes assentados



O Gráfico 2 chama a atenção para a regionalização da reforma agrária observada, visto que o parentesco com assentados de outros estados da federação é muito baixo: são apenas 07 casos nesta categoria para 89,2% dos parentes presentes no estado de São Paulo.

As relações intrafamiliares no assentamento:

A existência de relações de parentesco interfamiliares como um dos fatores influentes (ainda que latentemente) na opção por permanecer ou retornar ao campo através da reforma agrária, quer seja como *modelo de ação*, quando seguem exemplos de parentes assentados em período anterior, quer como *compartilhar de atitude*, quando juntos procuram conquistar terras para buscar na vida campesina uma melhoria da qualidade de vida, aparece na análise dos dados referentes à localização e dispersão geográfica de parentes que também se encontram na situação de assentados, tanto no mesmo projeto de assentamento, no mesmo município, quanto no Estado de São Paulo ou fora dele. Desta análise, destacam-se três características principais: a) o grande percentual da presença de parentes assentados, b) a elevada quantidade de parentes assentados no mesmo município e c) a regionalização da permanência destes parentes em assentamentos localizados no Estado de São Paulo.

Neste momento, continuaremos a examinar a família campesina assentada, mas segundo a perspectiva intrafamiliar, isto é, conforme as relações percebidas entre as diferentes estruturas familiares encontradas durante o período de pesquisa em cada lote e a **ocupação social do espaço doméstico e de produção entre os membros da família**. A consideração de que a estrutura familiar aqui analisada é referente à época da pesquisa se deve ao fato de concordamos com Brandão sobre a necessidade de “considerar a família (ou qualquer outro grupo de parentesco) como um sistema dinâmico de relações mutáveis entre os seus integrantes e não como um grupo de composição definitiva, cuja organização deva ser procurada num sistema formal de regras”. (Brandão; 1994: 139) Estudar a família é estudar a comunidade (*Gemeinschaft*) regida por vínculos de sangue. Todavia, as maneiras como esta pode se apresentar estão diretamente relacionadas com o contexto no qual se insere. Se, por um lado, “as famílias continuam a contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade, função que podemos considerar do ponto de vista socioantropológico como universal” (Peixoto; 2000: 08), por outro, as variações dos diferentes arranjos familiares possíveis são culturalmente construídas e reelaboradas.

Partindo do pressuposto de cada lote como unidade de análise, observamos as estruturas familiares de Nova Pontal através do critério central do número de gerações residentes em cada um dos 117 lotes pesquisados, independentemente do número de habitações existentes para abrigar esses moradores. As famílias foram classificadas como “nucleares” quando havia apenas duas gerações e, como “extensas”, no caso de co-habitarem ao menos três gerações no lote ou quando há a ausência da geração intercalada (caso de avó(s)

com neto(s)). Foram ainda classificadas como “completa” ou “incompleta” em referência a presença e/ou a quantidade mínima de casais residentes no lote. No caso das famílias extensas completas, significa que há pelo menos dois casais de gerações distintas no lote, como por exemplo: casal de titulares, filhos e pais de um dos titulares. Já uma família nuclear completa é aquela em que vive o casal acompanhado de filho(s) de ambos ou de apenas um dos cônjuges. No caso das estruturas consideradas incompletas, teríamos, para as famílias extensas incompletas, a presença de um dos casais ou de ambos com a presença apenas da mulher ou do homem, resultado de separação, viuvez ou mãe(s) solteira(s). Outra categoria refere-se à presença de apenas uma geração, podendo ser um casal sem filhos ou permanência do titular do lote sozinho no local. A distribuição da frequência das famílias conforme estas categorias aparecem na tabela 4.

Tabela 4: Distribuição da frequência segundo estrutura familiar

Estrutura Familiar	n	%
Nuclear completa	59	50,4
Nuclear incompleta	07	6,0
Extensa completa	17	14,5
Extensa incompleta	18	15,4
Casal sem filhos	07	6,0
Sozinho	03	2,6
Outros	04	3,4
Sem resposta	02	1,7
Total	117	100,0

A observação da distribuição das frequências dos diferentes tipos de organização familiar no assentamento mostra um elevado percentual de famílias nucleares (56,4%), um número significativo de famílias extensas (29,9%) e uma quantidade reduzida de casais sem filhos (apenas 6%), de pessoas sozinhas (2,6%) e poucos arranjos de outros tipos, os quais conforme veremos referem-se a coabitação de parentes colaterais diretos (irmãos) ou indiretos (primos, tio/sobrinho). Esse tipo de informação é de extrema importância para a compreensão de como se dá a ocupação social do espaço nessa área de assentamento, a qual, por sua vez, expressa um tipo ideal de família necessária para a reprodução econômica das famílias assentadas. No caso da agricultura familiar, e em especial a praticada por agricultores assentados, oriundos de camadas mais baixas e sem condições financeiras de contratação de serviços externos ao espaço doméstico, a quantidade de pessoas em idade ativa para o trabalho agrícola é fundamental para a reprodução econômica e social desta família. A própria seleção das pessoas realizada pelo Estado torna praticamente inviável que uma pessoa solteira

ingresse num projeto de assentamento sem ao menos uma companheira e/ou filho (s), mesmo que ainda pequeno(s), visto que, conforme o ciclo de vida da família, será (ão), assim que possível, membro(s) importante(s) na divisão das tarefas do lote. Com exceção de um homem de 29 anos solteiro com filho, aprovado pelo processo de seleção em novembro de 1998, provavelmente devido a seu engajamento com o movimento social, todos os outros seis casos de famílias nucleares incompletas são resultantes de casos de divórcio e separação (03 casos) ou de falecimento do cônjuge (03 casos restantes).

A permanência de apenas um dos pais com o(s) filho(s) na área rural ainda traz ao debate a questão de como a construção de um tipo ideal de família relaciona-se com a questão de gênero. Desses sete casos detectados, cinco são homens, sendo apenas um viúvo e outro separado. As duas mulheres são viúvas, sendo que a mais velha, com 58 anos, apresenta problemas mentais e encontra sérias dificuldades para obtenção de seu direito à aposentadoria por ter vivido, quando ainda na companhia do marido, sem a devida documentação e a efetiva comercialização de produtos agrícolas durante o período no lote. Assim, oscila entre a esperança de um dia torna-se aposentada rural e o desejo de morar na cidade trabalhando como diarista em residências. A outra, após realização do sonho do marido de retorno ao meio rural e muita luta para compra das benfeitorias de seu lote, após o falecimento do cônjuge, manteve a vontade de permanecer lá e conseguiu, com a ajuda de seus dois filhos, continuar a criação de gado leiteiro. Durante a fase de pesquisa, um dos filhos foi aprovado para estudar em universidade pública do estado do Paraná (há uns 200 km de distância de Rosana), e, após saída do filho para estudar, casou-se novamente e permanece no assentamento.

Esses fatos apontam para uma constatação inicial: a inviabilidade de mulheres sozinhas conseguirem garantir na área rural a reprodução econômica da família. Essa impossibilidade feminina de gerir a esfera da produção sozinha fica mais nítida quando vemos que os três lotes ocupados por moradores sós são habitados por homens separados, cujas esposas levaram os filhos consigo. No caso destes moradores sozinhos, as dificuldades para continuarem no campo também são imensas, pois reclamam da imensa solidão que sentem, principalmente quando “anoitece no sítio”. Na cidade, as opções de lazer são imensamente mais variadas e o ritmo de vida permite formas variadas de contato social. Já no assentamento, a distância entre os lotes, o forte calor da região para grandes caminhadas e a ausência de opções de lazer fazem da solidão um dos fatores para a desistência dos lotes. No projeto de assentamento Nova Pontal foram incluídas, em lotes, quatro pessoas sozinhas com idade avançada porém, devido a essas condições (idade avançada e solidão), receberam o que chamam de lotes para-rurais, com, aproximadamente, metade da área da que tinham outros

membros da família consigo. Todavia, na época da pesquisa, apenas um desses continuava sem família e, por este motivo e pelas dificuldades enfrentadas para manutenção da área, aguardava o retorno da Previdência Social sobre sua aposentadoria rural para vender suas benfeitorias e retornar ao município de Terra Rica, no Paraná, de onde saiu em 1992 do sítio do pai, para trabalhar na barragem no Distrito de Primavera. A solidão dele era tanta que, diversas vezes, queixava-se comigo da quantidade, cada vez maior, de pinga que bebia para dormir à noite. Mesmo sem o retorno do INSS, desistiu de permanecer lá em 2006 e retornou para área rural de Terra Rica, onde encontrou uma companheira.

Será então que o tipo ideal de família seria aquele que apresenta maior proporção na relação trabalhador/consumidor (relação de dependência), ou seja, quanto maior o número de pessoas em idade ativa e menor o número de inativos (crianças pequenas, idosos e doentes) mais apta estará esta família para garantir, de maneira satisfatória, sua reprodução social e econômica? Há um certo risco de reduzirmos tudo a meras funcionalidades determinadas apenas à satisfação dos aspectos econômicos da vida, o que explicaria a predominância das famílias nucleares completas neste trabalho sem a exigência de maiores aprofundamentos no assunto.

Para refletir sobre a estrutura das famílias detectadas convém abordarmos, ainda que de maneira resumida, algumas produções de trabalhos referentes ao tema família. A discussão na academia brasileira parece circular em torno de dois tipos de organização familiar: a *família patriarcal*, cunhada na obra de Gilberto Freire (1961), e a denominada por Antônio Cândido (1987) de *família conjugal moderna*. De acordo com Corrêa (1994: 16):

Esta (*a família conjugal moderna*) é o ponto de chegada onde aquela é o ponto de partida, e seu oposto: típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção da propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas sim a satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de seu círculo imediato.

Assim, seguindo o raciocínio da autora, qualquer outro tipo de organização apareceria como subsidiário ou marginal, fato considerado equivocado por representar apenas o modelo ideal dominante de família em detrimento de outras maneiras de ser e conviver. Essas formas de organização social estariam delimitadas ao grupo dominante e a períodos históricos específicos e não à sociedade brasileira como um todo, pois “em ambos os casos, se o tempo concedido à sua dominação é por demais amplo, o espaço social onde se inscrevem essas unidades familiares é demasiadamente estreito”. (Corrêa, *ibidem*: 20) A principal questão

reside em evitar padronizações, afinal os significados e as motivações humanas estão relacionados com os valores adotados por cada agrupamento social, i.e., são fatos culturais. Como bem diz Geertz (1989: 228) “os problemas, sendo existenciais, são universais; suas soluções, sendo humanas, são diversas”. Delimitados ao período histórico vivido e ao arcabouço material e simbólico disponível em cada época, os diferentes arranjos familiares decorrem, portanto, desta multiplicidade de soluções possíveis coexistentes dentro de uma mesma sociedade. Interessa-nos, enquanto pesquisadores, detectar quais são essas soluções e interpretar quais práticas reais e ideais as reproduzem. Um exemplo de boa análise antropológica sobre essa temática foi a realizada por Stolcke (1994) sobre a contratação preferencial de unidades familiares para trabalhar nas lavouras dos fazendeiros do café do Estado de São Paulo ao final do período escravocrata e suas influências sobre a estrutura familiar e a divisão sexual do trabalho na época. Adotada pelo fazendeiro como meio de redução de custos, as unidades familiares de trabalho só possibilitaram tal sucesso para a produção cafeeira paulista porque a ideologia das famílias imigrantes baseava-se numa rede familiar de cooperação e apoio mútuo. A valorização desses vínculos foi decisiva para viabilizar a superexploração das famílias dos trabalhadores rurais. Independentemente do sistema adotado (ameia, arrendamento e colonato)⁸ nas etapas da produção de café, pode-se afirmar que todos esses sistemas “reforçavam a solidariedade na família e a interdependência entre seus membros. Estes sistemas de trabalhos também implicavam uma clara divisão do trabalho por sexo e idade, como na hierarquia familiar”. (Stolcke; 1994: 72) O importante é observarmos como a adoção do sistema familiar de produção, mesmo que voltado ao lucro de outrem (caso das lavouras cafeeiras), traz consigo outras implicações que afetam a maneira como se dará a organização da família, a qual precisa acordar com a opção externa por cada tipo de estrutura. É preciso que haja a combinação de interesses para que a situação seja aceita e tenha eficácia simbólica na percepção dos sujeitos envolvidos. Como detecta Stolcke (ibidem: 73) “é claro que os fazendeiros tinham expectativas de um esforço solidário da parte da família como um todo; e de que os trabalhadores, de maneira geral, cooperassem dentro do interesse de todos os membros. Ainda, à exceção daqueles além da idade produtiva, que já haviam feito sua parte, nenhum membro de uma família era inteiramente dependente de qualquer outro para sua subsistência, mas todos dependiam uns dos outros para sua sobrevivência”.

⁸ No caso da ameia e do arrendamento a renda era definida pela quantidade de trabalho realizado nas lavouras e, no caso do sistema de colonato o pagamento era fixo e pago por cada mil pés de café cultivados por ano.

A opção pela unidade familiar nos projetos de assentamento parte também de um interesse externo. No caso, esse interesse é o do Estado em selecionar esse tipo de perfil familiar para a agricultura em áreas de reforma agrária. Embora apoiado em teorias de que a produção é maior nesse tipo de unidade de trabalho, interessa ao Estado ampliar a quantidade de pessoas assentadas, quer por ideologias humanitárias do governante, quer por demonstração numérica de eficiência (depende do governante). Até os dias atuais, porém, vale a regra simplista de que se o latifúndio significa *muito nas mãos de poucos*, o discurso estatal da reforma agrária parece ser *ainda pouco*, visto a grande quantidade de terras que se enquadram na legislação agrária como para “fins de reforma agrária”, *mas nas mãos de muitos*, fato que dificulta o desenvolvimento econômico das áreas. As alterações capitalistas no campo reduzindo a necessidade de mão-de-obra e a emergência dos movimentos sociais de luta pela terra impõem a geração de respostas do Estado que afetam a organização familiar presente hoje nos assentamentos. No momento do cadastro, fica registrado o número de dependentes (parentes) que o titular inscrito declara possuir em caso de ingresso no lote e, normalmente, quanto maior esse número, maior a vantagem deste cadastrado em relação aos outros. Quando analisamos a tabela 2 observamos o alto índice de famílias nas quais reside ao menos um casal (80,3%), ou seja, nas famílias nucleares completas e nas extensas completas e incompletas, fato que demonstra a importância da presença de pessoas em condição de trabalho de ambos os sexos, permitindo que a divisão sexual das tarefas seja eficaz para satisfação dos anseios de todos da família.

Um olhar mais aprofundado nas famílias extensas incompletas pode fornecer um painel melhor das estratégias familiares intradomésticas para organização social das famílias assentadas. A classificação como família extensa incompleta pressupõe a existência de um dos casais de gerações distintas, ou seja, casal de titulares, de pais ou avós de titulares ou mesmo de filhos de um ou de ambos os titulares. O tipo com maior frequência é do casal de titulares com filho(s) e/ou filha(s) acompanhado de netos (as). São deste tipo 06 dos 18 casos. Em seguida seguem titulares sem cônjuge que receberem em seus lotes nora ou genro e netos (as), perfazendo um total de 04 famílias. Outra forma de abrigar ao menos três gerações sob o mesmo teto é a presença da mãe ou do pai de um dos titulares, além de filhos(as). Duas famílias apresentam-se assim estruturadas, sendo que, numa delas, ainda há a presença de dois irmãos dos titulares. Um outro tipo de família extensa incompleta é aquela nas quais os netos (as) ficaram sob os cuidados dos avós, os quais somam 04 famílias e que, embora não tenham três gerações, consideramos como famílias extensas por pressuporem uma relação que ultrapassa uma geração. As duas últimas famílias extensas incompletas restantes são as

formadas por quatro gerações no mesmo lote e pela presença da mãe da co-titular, i.e., da sogra do titular.

Permitir que os filhos ao decidirem formar suas próprias famílias permaneçam no lote é freqüente. Não acontece apenas quando, como visto no parágrafo anterior, o titular está só. No total essa convivência interdoméstica de diferentes núcleos familiares acontece em 21 famílias estudadas, dentre as quais 14 receberam a nora e outras 7 os genros, sendo que, em duas destas últimas, detectamos a presença de dois genros no lote. Quando vêm os netos(as), mesmo sem a concretização do matrimônio dos filhos (as), esses (as) vão permanecendo no lote e, desde cedo, convivem com as atividades rurais, muitas vezes ajudando em pequenas tarefas, como levar água e comida ao pai ou avô, mas sempre sem o peso de obrigação, e sim, como uma atividade prazerosa. Quantitativamente, verificamos 82 netos(as) em Nova Pontal, sendo deste total 35 meninas e 47 meninos.

Quanto aos parentes colaterais, vimos duas famílias cuidando de sobrinhos e três com presença de irmã (o) do co-titular. Essas famílias acabaram por ficarem inclusas na categoria denominada de *outras* na tabela 2, pois apresentam variações entre si e não se encaixam nas outras categorias. Assim, temos, por exemplo, um caso bastante raro em nossa sociedade, de uma sogra que permaneceu com seu genro (titular do lote) após separação dele e da filha. Na prática, a sogra permite que as atividades no lote continuem sem muitos problemas ao assumir sozinha as atividades femininas que antes compartilhava com a filha. Além da sogra, reside no local a irmã e o sobrinho do titular. Outro casal de titulares também abriga a irmã e seu filho e, por último, um dos lotes é habitado por dois irmãos.

Por não ser tão somente o vínculo sanguíneo que faz com que a comunidade de parentesco persista, mas sim, as relações sociais mantidas ao longo da vida da família, a relação entre irmãos durante a fase adulta é uma relação que podemos indagar ser, predominantemente, de parentesco ou de afinidade. A perspectiva de Jean-Hugues Dèchoux sobre o tema é bastante interessante. Afirma o autor que “o caráter pouco normativo do laço entre irmãos é atestado por dois conjuntos de fatos. Por um lado, constata-se uma grande variabilidade do número de encontros entre eles, segundo a situação familiar e social dos indivíduos. Por outro lado, os encontros entre irmãos são tanto mais freqüentes quanto maior é o período de vida em comum no qual se criam afinidades, com exceção das fratrias de dois irmãos, em que a relação parece obedecer a normas mais estritas” (Dèchoux; 2000: 178). A fragilidade normativa, a qual o autor se refere, baseia-se na noção de que a intensidade das relações entre irmãos na fase adulta não está tão sujeita às sanções morais da sociedade, quanto às relações que ligam mães e pais aos filhos adultos. Essa ausência de “obrigação

social” de manutenção dos laços com seus colaterais diretos na idade adulta (diferente das relações regidas pela filiação direta) faz com que a escolha de permanecer unidos ou de se afastarem seja, predominantemente, uma escolha regida pela afinidade dos vínculos.

O convívio intradoméstico entre três gerações, embora possa ser considerado em nossa sociedade como uma “obrigação moral” dos filhos em relação aos cuidados com os pais na velhice⁹, é percebido, neste estudo, mais uma estratégia de ampliação da mão-de-obra familiar que da ampliação de recursos financeiros através de aposentadorias, visto que o número de agricultores assentados aposentados é relativamente baixo: são 05 mulheres e 13 homens. Outros 03 idosos que não conseguem garantir sua sobrevivência e de sua família estão inclusos na Lei Orgânica de Assistência Social para o idoso¹⁰, recebendo a quantia de um salário mínimo mensal.

Ainda que essas estruturas familiares sejam diferentes, há formas de organização interna da divisão social do trabalho familiar determinadas pela quantidade de trabalho (dentro e fora do lote) necessária para satisfação das necessidades existentes, as quais variam conforme o estilo de vida adotado por cada família e segundo o sexo e a idade dos membros. Em outras palavras, queremos mostrar que os bens materiais e o acesso a determinados serviços são avaliados segundo a lógica interna de cada grupo familiar, sendo influenciado pela história de vida de cada um e pelas expectativas de vida adotadas para permanência ou retorno à “vida rural” por cada um de seus integrantes.

Nesse mundo rural atual, as distâncias para o acesso ao ambiente citadino se tornam cada vez menores, quer pela melhoria das estradas, pelo aumento dos meios de transporte coletivos ou particulares, pela inclusão de crianças e jovens do meio campestre em escolas públicas urbanas ou com professores oriundos destes ambientes, quer via acesso aos meios de comunicação de massa que cria a necessidade de um número crescente de acesso a bens antes inviáveis, inacessíveis e/ou considerados desnecessários à população rural. Além desta necessidade cultural de bens materiais, a alteração da paisagem do meio rural devido à eletrificação rural e ao encanamento de água e esgoto ocasiona mudanças significativas nos orçamentos familiares rurais por exigirem a presença de renda mensal fixa ou de um planejamento anual muito bem programado. Antigamente, no período entressafra podia-se sobreviver no campo com as culturas de subsistência, podendo aguardar a época da colheita para pôr as despesas em dia e refazer o planejamento do ano agrícola seguinte. Hoje, ao

⁹ Obrigação moral transformada em lei através do Estatuto de Idoso no Brasil.

¹⁰ Segundo esta legislação tem direito ao benefício o idoso maior que 65 anos cuja renda familiar per capita não ultrapasse ¼ de salário mínimo.

contrário, é necessária a presença de renda mensal para suprimento das necessidades básicas, fato que gera novas formas de reprodução social caracterizada basicamente pela figura do trabalhador pluriativo, ou seja, aquele que realiza outros serviços fora do lote, ou na cidade ou mesmo no meio rural, em épocas temporárias ou mesmo de forma assalariada de algum ou alguns do(s) membro(s) da família. Referência sobre a temática da pluriatividade, Carneiro¹¹ explica em sua tese que, nesses casos, “o que mais interessa é compreender a relação entre a organização familiar e as estratégias de reprodução social face às mudanças nas condições de produção e ao recurso a fontes de renda alternativas e complementares visando assegurar a permanência no campo”. (Carneiro; 1998: 3-4)

Esse trabalhador pluriativo nos assentamentos vai ter sua presença marcada pela moral familiar do que é função do homem e da mulher, a qual varia conforme a estrutura familiar existente. Assim, se há o casal no lote, quem sai para realizar algum trabalho externo na cidade é o marido, ficando às suas esposas o exercício do trabalho restrito à prestação de serviço a algum vizinho ou amigo assentado em época de colheita. Embora resguarde um valor simbólico de auxílio entre os moradores regido por laços de parentesco (incluindo o compadrio) ou de afinidade, nos dias atuais, é raro ver ocorrer este agrupamento de trabalhadores na qualidade de troca de serviços como em outras épocas. Hoje em dia, o que varia é o valor acertado e a época do recebimento. Quanto mais próximas as pessoas, mais se pode negociar o valor das diárias e quando se as pagará, podendo mesmo ser após o recebimento do valor das mercadorias do comprador. Essa determinação de quem pode ou não trabalhar na cidade só é alterada quando a família é nuclear ou extensa incompleta e a mulher seja quem resida sem o cônjuge. Nesses casos, a mesma sai para trabalhar fora quando consegue e, geralmente, procura serviços de limpeza nas casas da cidade.

Podemos concluir que a pluriatividade não é, portanto, uma atitude essencialmente masculina, porém, varia conforme a delimitação do espaço em que ocorre, ou seja, dentro ou fora do projeto de assentamento e em decorrência do estado civil de quem a pratica.

A permanência ou a saída para realização de outras atividades geradoras de renda é determinada não apenas pelo sexo do praticante, mas também pela posição social ocupada nesse ambiente segundo os valores ideais adotados. Por esse motivo, é mais freqüente ver a saída de um filho jovem para estudar e/ou trabalhar na cidade, do que a mulher casada ir

¹¹ A população estudada por Carneiro (1998) foram as famílias que permaneceram na Aldeia de Theys, nos Alpes franceses, os quais, para permanecerem nas terras conjugaram trabalho rural e trabalho assalariado, caracterizados pelo surgimento de uma nova categoria social, denominada pela autora de “operários-camponeses”.

buscar serviços fora do ambiente doméstico. As representações sociais em relação à obtenção da renda nas camadas mais baixa resgatam ao universo masculino a *ética do provedor*, porém de maneira compartilhada com as mulheres, expressas nas obrigações de trabalho das mulheres para reprodução econômica da família.

A antiga desvalorização das atividades femininas na esfera produtiva tende a ser alterada pela vivência que tiveram na cidade e pelos direitos previdenciários conquistados pelas mulheres do campo, conforme a compreensão desta legislação como direito seja reconhecida pelas mesmas. Ainda nos dias atuais, porém, as atividades praticadas por elas na roça, embora sejam atividades de trabalho reconhecidas pela legislação, para as representações locais são, muitas vezes, entendidas como *favor do governo* (algo similar a programas sociais de ampliação de renda) ou confundidas como um direito comum a toda e qualquer mulher, isto porque suas atividades no lote, embora bastante intensas e extremamente importantes para manutenção do orçamento familiar, não são valorizadas e, permanecem, na mentalidade de muitos agricultores, confundidas com tarefas domésticas e não como trabalho, ainda que o mesmo se dê no âmbito doméstico. Essa divisão familiar do trabalho dentro e fora do lote baseia-se, portanto, nos sistemas de valores adotados pelos membros da família segundo a posição ocupada por cada um e, mesmo que não determinada, relaciona-se diretamente com a reprodução econômica da família. É por este motivo que o uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer do seu espaço familiar constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condições materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco. (Bourdieu; 1980)

Concomitante com a busca pela ampliação da renda através de trabalhos externos há a busca por alternativas de produção mais rentáveis, ou melhor adaptáveis ao perfil social e cultural da população assentada. Podemos dizer que a opção pela atividade pecuária na região do Pontal do Paranapanema é, ao menos em parte, resultado desta necessidade de adaptação à realidade local. A constante presença nas falas dos agricultores da ausência de renda mensal é solucionada com a venda diária de leite, paga mensalmente pelo laticínio e a divisão de tarefas entre os integrantes segundo características etárias e sexuais é realizada sem muitos conflitos. É comum ver os jovens tocando o gado para o pasto durante o dia e recolhendo-o ao curral ao entardecer. Dependendo da idade, aos meninos mais velhos fica também a tarefa de alimentar o gado nas cocheiras na época do inverno, período das secas, no qual o principal suplemento alimentar da região é a cana-de-açúcar triturada. Setenta e oito das cento e dezessete famílias pesquisadas plantam pequenas áreas de cana exclusivamente para este fim

(em geral, o que chamam de *uma quarta*, ou seja, $\frac{1}{4}$ de alqueire). A tarefa da retirada do leite nos períodos matutinos pode ser realizada tanto pela mulher quanto pelo homem, sendo decidida conforme os outros compromissos existentes dentro ou fora do lote. Se um dos dois precisa sair para tratar de algum assunto na cidade (ir ao supermercado, na escola ou ao hospital, por exemplo) ou têm encargos considerados mais urgentes dentro do lote, podendo ser cuidar de um filho doente, no caso das mulheres, ou cuidar da lavoura para os homens, é ao cônjuge que fica a responsabilidade da retirada matutina do leite, geralmente acertada na noite anterior. Essa relação entre unidade familiar e unidade de produção que envolve a todos os membros de algum modo aparece, na fala de Abramovay, como definidora da agricultura familiar.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade negócio e família. (Abramovay; 1998:18)

Nesse sentido, considerando as especificidades da população pesquisada, podemos afirmar que o assentado é uma das múltiplas formas que a agricultura familiar pode apresentar. E, como em qualquer forma de organização familiar de agricultores, vai ter seu formato definido conforme sua historicidade e expectativas de vida, as quais expressam-se nas práticas ideais e materiais cotidianas.

Em comum entre todos estes agricultores familiares assentados, podemos dizer que existe a expectativa da conquista de uma vida melhor, porém, as formas encontradas para solucionar a questão englobam atitudes individuais que devem ser acordadas e aceitas pela coletividade (família), caso contrário, temos situações de abandono e/ou desagregação familiar, podendo ocasionar o enfraquecimento ou mesmo o rompimento dos vínculos familiares, quer no âmbito da vida matrimonial, quer nas relações entre pais e filho(s) ou entre parentes colaterais. Como mostra Carneiro (op. cit.: 07) “ainda que a colocação da força de trabalho no mercado seja um ato individual, a família controlava ainda a reprodução social de seus integrantes. Esta relação contraditória entre a decomposição da família como unidade de trabalho e sua permanência como formuladora de valores que guiam o comportamento

individual face ao trabalho pode ser explicada pelo papel desempenhado pela “moral familiar” e pelo peso da hierarquia familiar sobre seus membros.”

A Familiarização da Pobreza Rural:

O que está em pauta é a definição dos papéis sociais de cada um dos membros de acordo com o sistema de valores predominantes e a situação para a qual são acionados. Seria ilusório supor que a reforma agrária tornaria desnecessária a adoção do que Woortmann denomina de modelo ideológico adaptativo para sobrevivência na situação de pobreza, pois tal abandono definitivo só será efetivado quando a redistribuição de terras significar mobilidade social ascendente de todos nela inclusos. Até os dias de hoje, o resgate que a reforma agrária vêm desempenhando se dá com maior ênfase na garantia dos direitos sociais, civis e políticos da cidadania em distinção à população pobre residente nas cidades. Neste rol de direito, o direito ao trabalho é decisivo para essa transformação ao permitir o que pode ser denominado de **familiarização da pobreza** em contraposição à feminização da mesma esclarecida por Woortmann. De acordo o autor, “a situação de pobreza não altera em nada o status da mulher. Pelo contrário, ele torna o seu ‘domínio’ – o da casa e das relações que a rodeiam – central e decisivo para a sobrevivência da casa”. (Woortmann; 1987: 292)

O retorno ou a permanência na área rural aparece na balança permanência-migração como uma saída possível para combater a marginalização sofrida especialmente pelo homem no ambiente urbano pobre, afinal, *lá não é o seu lugar*. Nas palavras de Agier (1990), essa produção familiar da feminização da pobreza é decorrente de “princípios da contradição entre a pobreza e o status social do homem familiar: a pobreza não é um lugar para ele; quando ela não o marginaliza, é porque está saindo dela” (Agier; 1990: 58). Estar desempregado para o homem da cidade e *na cidade* é sinônimo de baixa estima, humilhação e vergonha e, mesmo quando empregado, sobreviver com baixos salários representa ver faltar dinheiro para suprir as necessidades básicas de sua família, especialmente, o suprimento alimentar de seus filhos e oferecer condições adequadas de moradia. Assim, precisam adotar práticas vinculadas a um modelo adaptativo para enfrentamento da situação de pobreza, entre as quais se destaca a instabilidade conjugal na vida urbana. Como demonstrado em outro estudo (Ramiro; 2002) essa instabilidade conjugal aparece como resposta adaptativa com o intuito de preservar a própria família e, especialmente, a relação mães e filhos, a mais profunda de todas as formas

de comunidade. O alto percentual de chefia feminina nas famílias de baixa renda ou a instabilidade conjugal caracterizada pelo número elevado de parceiros ao longo da vida dessas mulheres é reposta a essa marginalização do homem no ambiente urbano.

Como vimos neste trabalho, o retorno ao campo possibilita que a unidade familiar e a unidade de produção coincidam, embora apresentem divisões internas referentes a quem pode e deve fazer o quê para sobrevivência de todos. Essa co-responsabilização dos membros da família para sua reprodução social e econômica no campo, em especial na agricultura familiar presente nos projetos de assentamento, permite a familiarização da pobreza ao envolver a todos segundo suas características sociais, culturais e econômicas. Esse resgate da auto-estima masculina permite que o modelo ideal de família, ou seja, a família nuclear, apareça de modo intenso na população rural de baixa renda, embora não como mero retorno aos tempos antigos, mas sim, de modo renovador e (re)elaborado a partir das histórias de vida de cada um.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas/SP: Editora Unicamp; 2ª ed.; 1998.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e crianças numa avenida em Salvador da Bahia. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**; São Paulo; 2(2): 35-60; 2º sem.; 1990.

BERGAMASCO, Sônia e NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense; 1996.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. IN: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva; 2ª ed.; 1987. p. 03-25. (Coleção Estudos: 20)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Parentes e Parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: ARANTES, Antonio Augusto (et al.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a Família no Brasil**. 3ª ed.; Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 1994. p. 115-159.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades; 7ª ed.; 1987.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 1998.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Antonio Augusto (et al.). **Colcha de**

Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 3^a ed.; 1994. p. 15-42.

DÈCHAUX, Jean-Hugues. Irmãos na idade adulta: um laço de parentesco por afinidade? In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (et al.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A.; 1989.

LEITE, Sérgio Pereira [et. al.]. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Editora da UNESP; 2004. (Estudos NEAD, n 6)

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema/SP:** uma política de desenvolvimento ou compensação social. Dissertação de mestrado em Geografia Agrária, UNESP-Presidente Prudente; 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de (et al.). **Assentamentos Rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp; 1994.

MIRANDA, Orlando (org.). A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies. In: **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995a. p. 61-72.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria & Pesquisa;** número 49; jul/dez 2006. p. 35-64.

RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos Rurais:** o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, em março de 2008.

_____. Identidade e Pobreza: buscando caminhos para interpretação da vida na cidade. In: LUCENA, Célia Toledo e GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (orgs.). **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU/FAPESP; 2006. p. 17-28.

STOLCKE, Verena. A Família que não é sagrada: sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: ARANTES, Antônio Augusto (et al.). **Colcha de Retalhos:** estudos sobre a família no Brasil. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 3^a ed.; 1994. p. 61-114.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUF; 2^a ed.; 1999. p. 21-55.

WOORTMANN, Klass. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília: CNPq; 1987. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário: 82)

